



QUANTOS E QUEM ERAM OS TRABALHADORES PERNAMBUCANOS? UM LEVANTAMENTO DEMOGRÁFICO ENTRE 1859-1889

Beatriz de Miranda Brusantin¹

Diego Douglas Santos²

RESUMO

Neste texto pretendemos mostrar parte de um levantamento demográfico dos escravos e livres que viviam nas principais cidades do interior de Pernambuco entre 1859 e 1889. Esta análise é de suma importância para o entendimento quantitativo como também qualitativo dos aspectos sociais, econômicos, culturais e étnicos do período. Partiremos dos dados recolhidos pelo IBGE, das listas de matrículas de escravos e do Diretório Geral de Estatísticas nos quais observaremos aspectos quanto à cor, sexo, faixa etária, estado civil e profissão das localidades específicas. Como estamos num processo de pesquisa, o objetivo principal nesta comunicação é a organização dos primeiros dados quantitativos em tabelas e gráficos e sua análise inicial. Um aspecto essencial, por exemplo, é verificar onde os trabalhadores escravos eram mais ou menos utilizados. Ou ainda, qual a quantidade de pardos, negros e brancos entre os trabalhadores e moradores locais. Assim, para esta comunicação, pretendemos trazer alguns dados e observações para a reflexão e discussão do perfil dos trabalhadores do interior pernambucano na segunda metade do XIX.

Palavras-chaves: Escravos, Trabalhadores Livres, Profissão, Demografia, Estatística

ABSTRACT

In this paper we intend to show part of a demographic survey relating to slaves and free workers living in some cities in the interior of Pernambuco between 1859 and 1889. This analysis is important for understanding quantitative but also qualitative aspects of social, economic, cultural and ethnic groups of the period. Based on data collected by the IBGE, the enrollment lists of slaves and the General Directorate of Statistics in which we observe aspects of color, sex, age, marital status and occupation of specific localities. As we are in the process of research, the main purpose of this communication is the organization of the first quantitative data in tables and graphs and their initial analysis. An essential aspect, for example, is to check where slave laborers were more or less used. Or, how much of mulattos, blacks and whites between the workers and local residents. Thus, for this communication, we intend to bring some data and observations for reflection and discussion of the profile of workers in the interior of Pernambuco in the second half of the nineteenth century.

KeyWords: Slaves, Free Workers, Profession, Demographic, Statistic

¹ Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professora de História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), orientadora PIBIC. bbrusantin@yahoo.com.br

² Aluno Graduando o Curso de Licenciatura Plena em História Pela UNICAP e Bolsista Pelo PIBIC (UNICAP). diegodouglas007@hotmail.com





INTRODUÇÃO: CONHECENDO NOSSOS SUJEITOS HISTÓRICOS

Este texto faz parte de uma pesquisa em processo (working in progress) que está sendo realizado junto ao projeto da Profa Beatriz Brusantin intitulado “Experiência e Cultura dos trabalhadores de Pernambuco entre 1831 e 1889” com a participação do aluno Diego Douglas Souza como pesquisador-bolsista de Iniciação Científica -UNICAP. Para esta comunicação, portanto, iremos mostrar o início de um trabalho de investigação quantitativo (e qualitativa) sobre o século XIX pernambucano.

Quando vamos iniciar um estudo sobre uma localidade ou região, entre as questões analíticas para a reflexão, encontram-se as perguntas: quem eram nossos sujeitos e quantos eram? Se aparentemente parece uma pergunta óbvia e banal, na realidade, estas questões constituem o âmago do nosso estudo.

Cada vez mais os estudos históricos vêm buscar uma compreensão qualitativa e quantitativa das sociedades do passado. O estudo quantitativo saiu um pouco da ideia cliometrista de referência norte-americana, mas ganhou espaço, e isso já vinha com a Escola do Annales, na História social, com a disciplina da demografia. Desconstruiu-se a imagem de que, de um lado, temos as informações quantitativas e, de outro, qualitativas e passou-se a considerar as duas análises complementares e necessárias para uma análise mais complexa e completa da sociedade.

O tema desta pesquisa versa sobre os trabalhadores e suas experiências de vida e expressões culturais. Antes, porém, de começarmos construir nossa narrativa histórica sobre estes sujeitos através dos registros documentais, é importante investigar informações sobre o quadro social (populacional, étnico, etário, etc) das localidades que vamos pesquisar. Neste projeto de pesquisa escolhemos (pré-seleção) para investigar 11 localidades nas diferentes regiões do estado pernambucano: Sertão – Cabrobó e Flores; Agreste - Caruaru, Bezerros, Bonito, Pesqueira e Belo Jardim. Zona da Mata Norte - Nazaré da Mata e Goiana; Zona da Mata Sul - Cabo e Escada. Imagina-se, portanto, um trabalho de pesquisa árduo e cuidadoso.

Para este texto iremos explicar algumas considerações a respeito dos métodos quantitativos e alguns números e levantamentos sobre o perfil dos escravos de Pernambuco e das cidades acima explicitadas na segunda da metade do século XIX.

OS NÚMEROS DE ESCRAVOS EM PERNAMBUCO E SUAS REGIÕES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Os estudos sobre a escravidão de Pernambuco tendem a considerar que esta província, durante segunda metade do século XIX, não teve grandes problemas com o fim da escravidão uma vez que já passava por um processo de abolição gradual, utilizando o trabalho livre em substituição do escravo. Sobre a zona da mata, por exemplo, as pesquisas de Andrade e Eisenberg retratam que, principalmente a parte norte, desde meados do século XIX, progressivamente aumentou o uso da mão de obra livre, motivo entre outros que deixa claro para Eisenberg que a abolição significou bem pouco para Pernambuco. Para este autor, os senhores podiam substituir o prestígio e o poder social baseados na propriedade de escravos por aqueles baseados na dependência dos livres. Assim, depois de 1850, o valor social da escravidão retrocedeu para o fundo da cena e os senhores de engenhos substituíram os escravos por uma população quase tão subserviente, de moradores, diaristas e parceiros. (EISENBERG, 1987: 244).

No entanto, estudos recentes, demonstraram que na zona da mata norte pernambucana a escravidão foi utilizada como mão de obra até 1888. (BRUSANTIN, 2011) Assim, apostamos que se analisarmos de forma sistemática os números de escravos e livres de Pernambuco e, principalmente, observarmos as variações regionais e locais, constatamos outras evidências quanto ao pouco uso da mão de obra escrava às vésperas da abolição, uma visão que suscita novas abordagens sobre as relações que senhores e escravos mantinham social, cultural e economicamente na segunda metade do século XIX.

Construir um quadro numérico de escravos em Pernambuco demanda certos cuidados para tentar errar pouco. Do mesmo modo, o exercício de investigação sobre a quantidade de escravos, quando associado a outras fontes documentais, pode nos trazer importantes subsídios sobre a dinâmica social da região no período.³

Para o levantamento destes dados, as principais fontes documentais que podemos utilizar são: dados da Secretaria do Governo de Pernambuco, as duas matrículas de escravos (1872-73 e 1886-87), os Censos de 1872 e 1890 e os Relatórios de Trabalhos Estatísticos de 1878 e 1883. Alguns autores trabalharam com essas fontes cada um a sua maneira; assim, vale rever essas interpretações e propor alguns caminhos sobre a demografia pernambucana.

Como apontou Brusantin, o trabalho de Heitor Filho Moura sobre as estatísticas demográficas em Pernambuco no Oitocentos traz algumas reflexões interessantes para repensarmos os números dos escravos na Província. Comparando os dados fornecidos pelo

³ Sobre esse assunto ver SLENES, Robert W. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da Escravidão no século XIX." *Revista Estudo Econômicos*. 13(1), 117-149, jan./abr. 1983.



censo e estudiosos da escravidão, como Mello, Eisenberg, Vieira Souto, Conrad e dados dos relatórios do Presidente da Província e Ministério da Agricultura, o autor elabora uma tabela entre 1872 e 1887 das variações dos números de escravos em Pernambuco. (BRUSANTIN, 2011: 66)

Quadro 1: População escrava em Pernambuco entre 1872 e 1888

1872 - 89 028 - Recenseamento de 1872	1883 - 83 835 - Eisenberg
1872 - 91. 992 - Levantamento que serviu de base para a distribuição municipal das quotas do Fundo de Emancipação	1884 - 72 709 - J C Melo cita Conrad
1873 - 106 236 - Eisenberg, cita Vieira Souto citado por Ruy Barbosa, apud Pádua	1885 - 72 370 - Ministério da Agricultura
1874 - 106. 236 - J. C. Melo cita Conrad	1886 - 80 338 - Eisenberg
1876 - 84. 370 - Ministério do Império 1882	1886 - 80 872 - Eisenberg
1877 - 85 530 - Ministério do Império 1882	1886 - 79 803 - Eisenberg
1878 - 83. 864 - Idem	1886 - 80. 374 - Melo
1879 - 82. 178 - Idem	1887 - 41 122 - Relatório Presidente Pernambuco outubro de 1887
1880 - 82 510 - Idem	1887 - 40 642 - JC Melo citando Conrad
1881 - 81 146 - Idem	
1882 - 84 700 - Eisenberg	

Fonte: FILHO MOURA, 2005: 59. Fontes: (Eisenberg, 1977:170); Relatório com que o Sr. Francisco Augusto Pereira da Costa dá conta ao Exm. Sr. Presidente da Província da Comissão de que fora encarregado em 2 de março de 1886, p.50, apud (Galloway, 1968); (Melo, 1978:133-4, 152-3); Conrad, R. Os Últimos anos da escravatura no Brasil, Trad.de F.de Castro Ferro, Rio de Janeiro:Civilização Brasileira/MEC, 1975, p.394, citado por J.C.Melo. Tabelas ao final do relatório "Estatística da população escrava e sua descendência", por José Carlos Mariani em (Brasil. Ministério do Império, 1882). Os totais referem-se nestas tabelas a 31/12 de cada ano. (Brasil. Ministério da Agricultura, 1885:34) Os dados se referem a 30/06/1885).

Os dados referentes aos anos de 1872 e 1873 para Pernambuco podem ser analisados através de duas fontes: a do recenseamento e a das matrículas de 1872 e 1873. Ao analisar de forma comparativa as matrículas e o censo de 1872, Robert Slenes sugere que, de um modo geral, ambas as contagens são bastante confiáveis; vale ressaltar que, quanto aos dados sobre a



população total, a matrícula é mais completa, isto é, omite menos pessoas, sobretudo, mulheres e crianças. Quanto à distribuição etária, o censo (quando ajustado para compensar pelo sub-registro de crianças) é mais confiável, pois muitos escravos idosos ou de meia-idade eram registrados, na matrícula, em grupos etários mais jovens. Quanto ao estado civil e à profissão, as informações reforçam a impressão de que, na maioria das províncias, os dois recenseamentos são bastante confiáveis. No geral, no entanto, excetuando os dados sobre faixa etária, os da matrícula são, para Slenes, melhores que os do censo. (SLENES, 1983: 133 Apud BRUSANTIN: 2011)

Nos seus cálculos, Slenes observa que, na maioria das províncias, os dois totais (censo e matrícula) não são muito diferentes; mas quando o são, o da matrícula quase sempre leva a vantagem. Para Pernambuco, verifica-se um diferencial percentual de 5 positivos (89.028 censo e 93.496 matrícula). Para o autor, na maioria das províncias ambas as contagens são relativamente confiáveis, já que dificilmente estariam de acordo se uma, ou ambas, tivessem grandes deficiências; no mais, como um sub-registro num recenseamento é mais comum do que um erro para mais, é provável que a matrícula seja, em geral, a mais completa. Ainda que a matrícula visasse a fiscalização da propriedade de escravos, enquanto o censo tinha como objetivo somente o levantamento de dados estatísticos, havia, portanto, razões para que os senhores fossem menos honestos na matrícula do que no censo. Contudo, como coloca Slenes, havia também fortes considerações que operavam no sentido contrário: a lei que regulava a matrícula considerava livre qualquer escravo não registrado no prazo estipulado. No mais, a lei exigia a prova da matrícula para legitimar qualquer contrato que envolvesse a transferência de propriedade em escravos. Em suma, a pessoa que não matriculava seus escravos arriscava-se a perder o título e a negociabilidade de uma das partes mais importantes de sua propriedade. Na maioria dos casos, portanto, os dados da matrícula são mais confiáveis que os do censo, ainda que muitos senhores reduzissem as idades de seus escravos mais velhos, por conta do fim do tráfico. (SLENES, 1983: 125 Apud BRUSANTIN: 2011)

Vale ressaltar que para Slenes chegar ao número de 93.496, ele teve que reunir diversas fontes uma vez que o Relatório de 1875, que traria dados da matrícula de 1873, não estava completo para algumas províncias, entre elas Pernambuco, faltando nesta os dados de dois municípios: Flores e Boa Vista. Dados mais completos vieram com o Relatório de 1878. Por conta disso, o número da matrícula, publicado em 1875, de 92.855 ainda estaria subestimado. (SLENES, 1975 Apud BRUSANTIN, 2011)



Para Moura, o censo não registrou pelo menos 17.200 escravos sonogados no recenseamento por seus proprietários, mas foram registrados no ano seguinte para obter os benefícios do Fundo de Emancipação. No entanto, segundo Slenes, como as listas do Fundo de Emancipação foram elaboradas a partir das listas de matrícula, a diferença notada nesse período dificilmente se explica por essa razão. Nesse caso, temos que repensar essa diferença que Moura está propondo assim como suas âncoras para a população cativa a partir de 1872. (FILHO MOURA, 2005: 120-129) Como âncoras para a população cativa, pós -1872, Moura propõe os fatores de correção de 21,5% para 1872 (89.002 – 108.131); 9% para 1885 (81.400 – 88.697), 8% para 1886 (80.300-86.724) e 4,5% para 1887 (41.000-42845). (FILHO MOURA, 2005: 129) O autor supõe que o fator de correção (isto é, a discrepância entre dados censitários/registros de matrícula e os “reais”) tenha necessariamente decrescido até anular-se, em 1886 (8%), e daí até 1888. Contudo, Robert Slenes ressalta que entre 1885 e 1886 houve um sub-registro de falecimentos, vendas e alforrias; desse modo, é necessária a correção dos números relativos aos anos de 1885 e 1886 para baixo.

Slenes ao analisar a confiabilidade dos dados da segunda matrícula, isto é, de 1887, coloca que alguns autores argumentam que os dados não são confiáveis, pois muitos senhores fugiam da obrigação de registrar seus escravos. Porém, para Slenes, a evidência que citam é a discrepância entre os totais da primeira matrícula, atualizados até 1885, e os de 1887. Para o autor, Topin aceita os dois totais como verídicos, e vê neles evidência de um súbito desmoronamento do regime escravista. Já Robert Conrad, entre outros, contesta a confiabilidade da segunda matrícula, o que diminui a importância da crise dos anos 1880 e confere um caráter mais gradual ao declínio da escravidão. Para Slenes, nenhum destes autores teria razão, pois, como notou, as estatísticas para 1885 são muito inflacionadas. Em contraste, uma análise da lei que regulava a segunda matrícula, e da coerência interna dos dados, sugere que o registro de 1887 era bastante completo. (CONRAD apud SLENES, 1983: 137)

Primeiramente, Slenes aponta que era interessante para os senhores realizarem as matrículas de 1887 pelo fato que em lei para cada escravo matriculado o senhor havia de declarar um valor específico. Esse valor não podia exceder certos limites (dependendo da idade e do sexo do escravo), estabelecidos por lei. Slenes verificou que os escravos de Campinas e Vassouras registrados em 1887 tendiam a ser supervalorizados por seus senhores, isto é, eram declarados os valores máximos permitidos por lei. “Portanto, a matrícula de 1887 representava uma oportunidade para os senhores adquirirem um documento legal que conferia



um valor inflacionado para sua propriedade escrava, e que implicava o reconhecimento desse valor pelo governo”. (SLENES, 1983: 138) Por essa razão, é possível que muitos senhores tenham visto a matrícula como uma defesa parcial contra a possibilidade de que o governo decretasse a abolição sem indenização.

No mais, Slenes esclarece que apesar de verificar que não é possível confiar no registro de óbitos de escravos entre as matrículas, as pesquisas realizadas em Vassouras e Campinas e por Pedro Carvalho de Melo apontaram projeções numéricas para população cativa em 1887 maiores do que as registradas pela matrícula. Vale ressaltar, no entanto, que a diferença não é grande, considerando que as projeções não incluem os escravos os quais fugiram entre as duas matrículas, nem os alforriados que escaparam ao registro oficial. Para Slenes, portanto, o total da matrícula de 1887 é coerente com o que seria de se esperar nesse ano. (SLENES, 1983: 138 apud BRUSANTIN, 2011)

Pautando-nos nas considerações de Slenes, consideramos os dados da matrícula de 1873 e 1887 para Pernambuco e outras províncias do Nordeste como os seguintes:

Quadro 2 - Relação de escravos da matrícula de 1873

Província	Sexo		Total	Idade				
	M	F		14-20	21-39	40-49	50-59	+ 60
Piauí	12.601	12.932	25.533	4.155	7.466	1.869	905	14
Ceará	15.757	18.203	33.960	6.132	9.349	2.019	740	296
Rio Grande do Norte	6.397	7.087	13.484	2.220	4.052	774	339	121
Paraíba	12.887	14.358	27.245	4.510	8.205	1.841	797	268
Pernambuco	46.670	46.826	93.496	14.252	31.437	9.165	4.841	1.279
Alagoas	16.547	16.695	33.242	-	-	-	-	-
Sergipe	16.444	16.530	32.974	4.961	10.817	3.582	1.474	593
Bahia	86.993	86.646	173.639	36.230	71.326	19.250	7.622	1.978

Fonte: SLENES, Robert. *Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Doutorado, Stanford University, 1975, apêndice B, p. 691 e 693.



Quadro 3- Relações de escravos da matrícula de 1887

Província	Sexo			Idade				
	M	F	Total	15-29	30-39	40-49	50-54	55-59
Piauí	4.317	4.653	8.970	5.287	2.014	1.172	359	138
Ceará	54	54	108	70	23	6	9	0
Rio Grande do Norte	1.584	1.583	3.167	1.827	771	409	126	34
Paraíba	4.210	5.238	9.448	5.084	2.174	1.486	455	249
Pernambuco	20.531	20.591	41.122	20.112	10.533	7.114	2.107	1.256
Alagoas	7.449	7.820	15.269	7.437	3.889	2.640	867	436
Sergipe	8.147	8.728	16.875	8.168	4.198	2.927	1.083	499
Bahia	37.966	38.872	76.838	40.051	18.511	11.489	4.022	2.765

Fonte: SLENES, R. W. *Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Doutorado, Stanford University, 1975, apêndice B, p. 697.

Analisando os números, observamos que Pernambuco entre 73 e 87 teve uma queda de 56% dos escravos. Para analisar essa queda do número de escravos ocorrida entre 1873 e 1887, Slenes ressalta que não apenas os números de mortes e os números oficiais de manumissões devem ser observados, mas também outros fatores como fugas e o número de liberdades de fato obtidas. Como Slenes analisou no âmbito provincial, em Pernambuco a diferença que existe entre o número de escravos que obtiveram sua liberdade entre 1873 e 1887 e o número do registro de manumissões oficiais é entre 7.2 e 10.4 percentual da população original de 1873; isto equivale a cerca de 109.000 para 157.000 pessoas. (SLENES, 1975 apud BRUSANTIN, 2011) Desse modo, verificamos que muitas manumissões eram desconhecidas pelo registro oficial e isso pode ter influenciado nas curvas populacionais.

Ainda a partir dos dados da Secretaria do Governo de 1859, conseguimos visualizar um levantamento da população escrava por região no período entre 1859 e 1887.

Quadro 4 - População escrava das regiões de Pernambuco entre 1859 e 1887





Região	Secretaria do Governo 1859⁴	Matrícula 1872	População escrava 1876 (DGE 1878)	Matrícula 1887
Recife	12.127	19.487	16.931	5.081
Zona da Mata	28.671	47.097	39.533	24.260
Agreste	12.748	20.095	17.932	8.182
Sertão	6.896	6.842 ⁵	10.830	3.599
Pernambuco	60.442	92.885	85.226	41.122

Fontes: Mapa da População escrava da província. Secretaria do Governo de Pernambuco, 28 de fevereiro de 1858. Diretoria Geral de Estatística. Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, 30/04/1875. Relatório e Trabalhos estatísticos apresentados ao Ilm e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios do Império pelo Director Geral Conselheiros Manuel Francisco Correia em 20/11/1878. Diário de Pernambuco, 24/11/1887. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *O diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste*. Recife, Diário de Pernambuco, 1975, PP. 648 e 649. Apud BRUSANTIN, 2011.

Conforme o Quadro 4, verificamos que a maior concentração de escravos em Pernambuco estava na Zona da Mata e o nível se manteve de 1858 até 1887. Entre 1873 e 1887, as porcentagens de perdas foram as seguintes: Recife perdeu mais escravo com um índice de -74%, em segundo vem o Agreste com -59,3%, depois vem a Zona da Mata com -48,5% e em seguida o Sertão, com -47,4%. Vale ressaltar que entre 1858 e 1873 a população escrava que mais cresceu foi a localizada na Zona da Mata, em cerca 64%, em segundo o Agreste com 57,7%.

Selecionando as localidades que vamos trabalhar e suas respectivas paróquias, alcançamos os seguintes resultados para o ano de 1872:

Quadro 5: Relação escravos das regiões pernambucanas - Dados do IBGE de 1872

⁴ O mapa populacional de 1858 publicado pelo Governo de Pernambuco no mesmo ano não estava totalmente completo faltando dados para algumas freguesias. No total foram 3 freguesias da zona da mata, 2 freguesias do agreste e 3 freguesias do sertão.

⁵ No Relatório de 1875, referente às matrículas de 1872 e 1873, que foi publicado pela Diretoria Geral de Estatísticas, faltavam na relação os municípios de Flores e Boa Vista, ambos localizados no sertão pernambucano. Para amenizar a falta, utilizamos os dados referentes a esses municípios publicados no Relatório de 1878/DGE que trazia dados dos matriculados e averbados até 1876.





Quantidade de Escravos

		Homens	Mulheres	Total	Soma Geral
	<i>Paróquia de Santo Antonio do Cabo</i>	2074	1459	3533	3533
	<i>Paróquia de N. S. do Rosário de Goyanna</i>	767	793	1560	
	<i>Paróquia de N. S. do O' de Goyanna</i>	775	771	1526	
ZM	<i>Paróquia de S. Lourenço de Tijucopapo</i>	267	242	509	9211
	<i>Paróquia de N. S. da Conceição de Nazareth</i>	1672	1636	3308	
	<i>Paróquia de Santo Antonio de Tracunhaem</i>	1263	1045	2308	
	<i>Paróquia de Santo Antão da Victoria</i>	1719	1504	3223	
	<i>Paróquia de N. S. da Conceição da Escada</i>	2445	1605	4050	7273
	<i>Paróquia N. S. das Dôres de Caruarú</i>	402	420	822	
	<i>Paróquia de S. Caetano da Rapoza</i>	336	402	738	
	<i>Paróquia de S. José de Bezerros</i>	647	674	1321	
A.	<i>Paróquia de S. José do Brejo da Madre de Deus</i>	1136	829	1965	8102
	<i>Paróquia de N.S. da Conceição da Conceição do Bonito</i>	750	768	1518	
	<i>Paróquia de N. S das Montanhas de Cimbres</i>	191	188	379	
	<i>Paróquia de Santa Aguida da Pesqueira</i>	680	679	1359	
S.	<i>Paróquia de N. S da Assumpção e S. Gonçalo de Cabrobó</i>	375	367	742	1160
	<i>Paróquia de N.S. da Conceição do Pajeú de Flores</i>	210	208	418	

Fonte: Acervo IBGE. Legenda: ZM: Zona da Mata. A: Agreste. S: Sertão

Percebemos que significativa quantidade de escravos estava localizada na região da Zona da Mata. Destacamos que na Mata Sul (P. S. A. do Cabo; P. S. Antão da Victoria, P. N. S. Conceição de Escada) o número chega a 10.806 escravos e, na Mata Norte (P. N. S. do O' de Goyanna, P.N.S. do Rosário de Goyanna, P. S. Lourenço de Tijucopapo, P. N. S. A. de Tracunhaém e P. N. S. da Conceição de Nazareth) a quantidade alcançou 9.211. A diferença não é tanta, quanto se esperava, considerando que selecionamos os municípios com maior quantidade de escravos, excetuando Serinhaém, da mata sul, que possuía um número altíssimo de cativos. De qualquer modo, o que gostaríamos de corroborar e ampliar é a análise feita por Brusantín, de que a zona da mata norte, bem como a sul, possuía uma quantidade significativa de escravos até as vésperas da abolição. O trabalho escravo, portanto, era utilizado nas lavouras de açúcar e engenhos até o fim da escravidão. (BRUSANTIN, 2011) Esta visão vem de encontro com a ideia de que, em Pernambuco, a partir de 1850, a redução do trabalho cativo se deu de modo gradativa, chegando às décadas de 70 e 80 do XIX, praticamente com braços livres. Almejamos ampliar a análise levantando os dados de 1859 e 1887, mas observando o exemplo de 1872, registrado pelo Censo, já podemos perceber que na década de 70 a quantidade de escravos ainda era bem expressiva nas localidades que vamos investigar. Não podemos, portanto, de modo algum, desconsiderar uma reflexão aprofundada sobre o trabalho escravo e suas dimensões sócio-culturais. Quanto a região Agreste e Sertão, também selecionamos localidades que demonstram a presença do trabalho escravo em



números significativos. Nestas regiões vale o destaque para o Agreste através das paróquias de Bezerras (1.321 escravos), Madre de Deus (1965 escravos), Bonito (1.518 escravos), e Pesqueira (1.359 escravos).

Além da condição escrava, que será um ponto de extrema importância para nossa pesquisa sobre a experiência do trabalhador, a quantidade significativa de cativos nas localidades traz também um perfil das “cores” de seus trabalhadores e moradores. A partir dos dados referentes a cor de pele destas populações, objetivamos discutir a questão étnica e “racial” atrelada a reflexão sobre as expressões culturais e de luta dos trabalhadores pernambucanos. Pegando alguns exemplos retirados do Censo do IBGE de 1872, podemos observar, por exemplo, Goyanna com, 7.320 pardos e 2.662 pretos, e 4.108, brancos. Caruaru com 3849 pardos, 978 pretos e 6683 brancos. Victoria com 14.206 pardos, 3.550 pretos e 10.582 brancos. Pajeú das Flores com 5.885 pardos, 641 pretos e 4.044 brancos. Bonito com 14.887 pardos, 2.527 pretos e 12.115 brancos. Madre de Deus com 8.335 pardos, 2.076 pretos e 5.403 brancos. Pesqueira com 5.204 pardos, 2.142 pretos e 3.096 brancos. Cimbres com 3.374 pardos, 620 pretos e 2.059 brancos. Cabrobó com 3.924 pardos, 1.363 pretos e 1.077 brancos. Cabo com 10.809 pardos, 4.627 pretos e 5.984 brancos. Escada com 11.061 pardos, 4.005 pretos e 5.575 brancos. Nazareth com 10.759 pardos, 3.953 pretos e 6.086 brancos. (Dados IBGE)

É interessante que o censo do IBGE de 1872, é a única fonte documental do século XIX que conseguimos encontrar dados referentes às “cores” dos moradores. Nestes registros também contém a divisão por condição, isto é, quantos pardos são escravos, quantos livres, e assim, por diante, em todas as categorias. Por hora, vale observar que em algumas localidades a soma de pretos e pardos é bem maior que a quantidade de brancos. Isso acontece com Vitória, Pajeú das Flores, Bonito, Madre de Deus, Pesqueira, Cimbres, Cabrobó, Cabo, Escada e Nazareth. Chama-nos a atenção para Cabrobó, que possuía em 1872 uma quantidade maior de pretos do que a de brancos. Já os municípios da zona da mata, Escada, Cabo e Nazareth possuíam uma quantidade de pardos extremamente acima da quantidade de brancos. O que isso significa?

Estas informações quantitativas trazem indícios de como estas sociedades eram formadas “racialmente”. Qual era a “cor” destes moradores, trabalhadores livres, cativos, homens e mulheres. Estes dados analisados a luz do contexto histórico do século XIX, trazem um panorama das relações sociais que podem ter sido estabelecidas nestas localidades, bem como, contribuído para que determinadas expressões culturais prevalecesse. É extremamente



importante, ao pesquisarmos o século XIX, a compreensão de que a cor parda de um cidadão possuía muitos significados sociais: ele podia ser um ex-escravo, filho de um, ou podia ser um livre bem querido pelos brancos. Do mesmo modo, a cor preta, já implica em outras questões, como, por exemplo, certamente tem uma ascendência escrava, e pode até mesmo ter uma herança africana. Estes são alguns pontos que podemos nos aprofundar. Para agora, é importante ressaltar que nestas localidades selecionadas a cor predominante, na sua maioria, era a cor parda que, somada à cor preta, sempre ultrapassavam os números de brancos. Isto significa, claramente, que iremos pesquisar comunidades cuja quantidade de branco representa a minoria. Tratam-se, portanto, de lugares onde a composição social é predominantemente parda e preta. Essa conclusão, já em momento inicial, leva-nos a começar esta investigação atentos a um quadro social no qual os trabalhadores, por sua cor de pele, constituía a maioria. Os brancos, certamente, os pertencentes às elites locais, eram, “aos olhos nus”, pela cor da sua pele, minoria. Acreditamos, portanto, que, possivelmente, estas sociedades tinham a cor como componente sócio-econômico de dominação, exclusão e também de luta e construções identitárias culturais. Precisamos, todavia, investigar melhor esta hipótese cruzando outras fontes documentais.

Quando imergimos nestas reflexões “raciais”, da cor do trabalhador, necessariamente, surge como necessidade trabalhar com as pesquisas e reflexões a respeito das etnias e da nacionalidade. Obviamente, ao pontuarmos nosso foco sobre os escravos, é de suma importância a compreensão da movimentação destes cativos dentro do Brasil e para além-mar. Como nosso foco neste texto é na segunda metade do XIX, não cabe, necessariamente, pensarmos os processos de tráfico de escravos da África para o Brasil, é mais importante entendermos a circulação destes cativos dentro do país. De qualquer modo, vale ressaltar que até 1855 há registros de que africanos desembarcaram nas terras pernambucanas através do tráfico ilegal de africanos, uma vez que legalmente o Brasil teria, definitivamente, extinguido este tipo de comércio com a lei de 1850. Segundo o “The Trans-Atlantic Slave Trade Database Voyages”, em Pernambuco, entre 1846 e 1855 entraram 7.623 escravos africanos.

No entanto, na esfera nacional e na regional, nesse período, o maior fator variante foi o tráfico interprovincial. A partir de 1850, com o fim do tráfico internacional, aumentaram a compra e a venda dos escravos dentro do país. O caminho mais utilizado era do Nordeste para o Sudeste. Dentro do Nordeste, no entanto, as fontes e os números variaram. Para Slenes, entre 1872 e 1881, por exemplo, as províncias que perderam significativamente seus escravos

foram as que possuíam fazendas algodoeiras, em outras palavras, não açucareiras, e, portanto, proporcionalmente, saíram menos escravos da Zona da Mata do que do Sertão e do Agreste.

Assim, como coloca Slenes, em Pernambuco, a transição para o trabalho livre foi provavelmente, o resultado não da maior venda de escravos das plantações, mas da absorção dos trabalhadores livres dentro de uma economia que estava rapidamente se expandindo nas décadas de 60 e 70 (com a valorização do preço, a exportação de açúcar aumentou mais que o dobro entre 1860-1880). (SLENES, 2004: 338)

Nos anos 80, com o início do processo de mudanças no sistema escravista, um novo quadro de trabalhadores do açúcar começou a se construir. A partir de 1880, a utilização da mão de obra escrava no Brasil cai, pois ocorreu também um aumento por parte dos grandes fazendeiros na aquisição da mão de obra livre. Segundo a análise do historiador Robert Slenes, a demanda do setor açucareiro determinava o preço do escravo. Quando o lucro do açúcar caía, os plantadores compravam menos escravos. No entanto, os senhores de escravos não puderam prever o declínio do preço do açúcar nesta década e por conta disso, entre outros motivos, a queda do mercado de escravos entre 1881 e 1883. (SLENES, 2004)

A década de 80 foi um período em que o mercado de escravos entrou em queda livre por causa da queda do preço do açúcar e da crise política da escravidão. Isto gerou a quebra de complacência definitiva com relação à sobrevivência da escravidão e levou a uma maior aquisição de mão de obra livre. Ao mesmo tempo, ao observar a queda do trabalho escravo em menor escala nas regiões açucareiras (e aqui observamos que nas zonas canavieiras pernambucanas houve variações quanto a essa queda), Slenes observa a década de 80 como um quadro híbrido de mão de obra livre e escrava nos engenhos e no campo pernambucano. Um cenário que se construiu por dois motivos que se aglutinaram: por um lado, pelo aumento de contratos de trabalhadores livres em Pernambuco nas décadas de 60 e 70, e, por outro, pela queda da aquisição de escravos da década de 80.

Segundo os estudos de Slenes, Versiani e Vergolino, o ano de 1878 representou um alto índice de exportação de escravos a partir de Pernambuco, indicando uma saída de 2.212 cativos. Para os autores, esse auge pode ser relacionado com a baixa nos preços de escravos na província, no período, especialmente no Agreste e no Sertão, o que foi certamente influenciado não só pela seca de 1877-78, como pela queda dos preços do açúcar e, sobretudo, do algodão, em relação à década anterior. Como mostram os dados colhidos por Versiani e Vergolino, a queda de preços em 1878-79, proporcionalmente ao final da década anterior, foi de 20 a 25% no Recife e na região do açúcar (Zona da Mata), e de 40 a 50% no Agreste (zona



predominantemente algodoeira) e no Sertão (área de gado e mais atingida pela seca). Vale ressaltar que nos anos 1876 a 1878 houve alguma melhora relativa nos negócios do açúcar, devido a uma alta conjuntural de preços. Para os autores, essa alta de preços pode ter provocado um aumento na demanda por escravos na Zona da Mata, e, como verificaram, na segunda metade dos anos 70, houve certa alta nos preços dos cativos. (SLENES, 1975. VERSIANI & VERGOLINO, 2005) De todo modo, a conclusão que temos é que com o passar da segunda metade do século XIX os espaços, principalmente, de trabalho rural, possuíam um quadro híbrido de trabalhadores livres e escravos, afinal, estes também persistiram nas fazendas, lavouras e engenhos até 1888.

CONCLUSÃO: RE CONHECER OS SUJEITOS

Buscamos neste texto trazer algumas reflexões sobre a demografia escrava em Pernambuco na segunda metade do século XIX, apontando algumas peculiaridades locais quanto ao número de escravos (homens e mulheres) e “as cores” dos moradores. Levantamos algumas questões interessantes e necessárias que precisam ser pensadas e investigadas durante a pesquisa sobre a experiência e cultura dos trabalhadores pernambucanos. Apontamos, também, que é importante pensar as influências étnicas e de nacionalidade no que diz respeito aos africanos no Brasil. Ressaltamos, todavia, que quanto à demografia pós-segunda metade do século XIX, o mercado interno de escravos é mais explicativo se desejamos entender a circulação e presença cativa em Pernambuco.

O desafio investigativo aqui proposto foi demonstrar um campo de possibilidades interpretativas, que o historiador social deve abraçar para compreender, de forma mais completa e complexa, as sociedades escravistas do passado. Esta compreensão, por sua vez, não se limita apenas as referências escravistas. Se debruçarmos sobre questões “raciais”, étnicas, civil, etária, etc, abriremos reflexões em direção a um horizonte social mais múltiplo e heterogêneo. A documentação com informações qualitativas nos fornece um mundo de significações e detalhes imprescindíveis para entendermos processos e relações sociais, contudo, a documentação quantitativa nos traz uma visão global das sociedades que pretendemos estudar. Proporciona uma perspectiva coletiva com subsídios singulares sobre nossos sujeitos históricos.



Em suma, o exercício neste artigo foi de apresentar alguns caminhos de pesquisa ainda em processo. Caminhos que almejam, sobretudo, re conhecer nossos sujeitos enquanto membros de uma coletividade social, e ao mesmo tempo, como indivíduos passíveis de escolhas e decisões sobre suas trajetórias.

REFERÊNCIA

BRUSANTIN, Beatriz de M. **Capitães e Mateus: relações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth -1870-1888)**. Campinas (SP): Tese de Doutorado – CECULT/IFCH- UNICAMP, 2011.

EISENBERG, P. **Modernização sem mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FILHO MOURA, Heitor Pinto de. **Um século de Pernambuco mal contado: Estatísticas demográficas nos oitocentos**. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado/UFRJ, 2005.

SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da Escravidão no século XIX.” **Revista Estudo Econômicos**. 13(1), 117-149, jan./abr. 1983.

_____. **Demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Doutorado, Stanford University, 1975, apêndice B.

_____. **The Brazilian internal slave trade, 1850 –1888. Regional Economies, slave, experience, and the politics of a peculiar market**. IN: JOHNSON, W. *The chattel Principle. Internal slave trades in the Americas*. Yale University Press, London, 2004.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José R. Oliveira. “Tráfico e Traficantes: comércio de escravos no Recife, 1878”. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**. Recife, no 61, 2005, p. 288.

